

IDEOLOGIA E RELAÇÕES DE TRABALHO NOS LIVROS DIDÁTICOS DE GILBERTO COTRIM NA DÉCADA DE 90

Ana Claudia Faria Machado
Cristina Helou Gomide
Faculdade de Educação/UFG
a.na18@hotmail.com
cristinahelou@gmail.com

O QUE É TRABALHO?

Em sentido geral o conceito trabalho se relaciona com a atividade produtiva, uma ação criadora, expressão da práxis, materializada através da criação de bens. Nesse sentido o modo como o trabalho é realizado pelo homem o diferencia dos demais animais, pois os animais podem até produzir, porém sua produção não é planejada tornando-se imediatista.

No entanto quando tomamos o termo trabalho como sendo determinado historicamente, pautado na economia política de dado período que tem por essência a propriedade privada dos meios de produção, eliminamos o sentido geral do trabalho. Em uma sociedade em que a propriedade é privada e o modo de produção visa o lucro, esse caráter genérico do homem se perde e dá lugar a uma desvalorização do mesmo. O trabalho, portanto na sociedade capitalista torna-se alienado, ou seja, ele se torna deslocado do fruto do seu trabalho e tudo o que é produzido pelo homem lhe é estranho e independente. Desse modo, o homem não se reconhece no produto feito por ele e esse produto adquire um valor autônomo ao do seu produtor. Essa valorização do produto empobrece o trabalhador, que por sua vez passa a servir somente ao capital

Propriedade Privada

O homem enquanto trabalhador é dono apenas de sua força de trabalho, no qual se constitui um capital vivo. Se ele trabalha, ganha o seu sustento, se não trabalha perde o que lhe seria pago e conseqüentemente sua existência. O homem sendo visto assim na sociedade capitalista torna-se uma mercadoria como outra qualquer. Nesse sentido o homem que não trabalha não existe para uma economia política, são fantasmas que estão fora deste contexto.

Segundo Marx (1975) o verdadeiro sentido da produção é gerar lucro ao capitalista, sendo assim a força de trabalho humano é a maneira pela qual esse lucro é realizado. Porém para que haja lucro é necessária a relação estabelecida entre força de trabalho e a propriedade privada, a primeira

pertence ao trabalhador e a segunda ao capitalista. Portanto os trabalhadores, que depende unicamente da venda de sua força de trabalho para continuar a viver, estão condenados a uma vida miserável, mesmo que a economia vá bem, pois quanto mais o trabalhador produz mais ele aumenta aquilo que o domina, ou seja, mais ele se torna alienado e relativamente pobre.

A propriedade privada é considerada expressão material do trabalho alienado. Assim sendo esse trabalho historicamente determinado contribui para uma separação de classe na qual os indivíduos detentores dos bens materiais são privilegiados em detrimento aos trabalhadores detentores apenas de sua força de trabalho.

Divisão do Trabalho

A divisão do trabalho é uma característica peculiar do sistema capitalista, em nenhuma outra sociedade essa divisão se deu de forma tão sistematizada e generalizada quanto nessa sociedade com bases no lucro e na propriedade privada.

A divisão pormenorizada do trabalho faz com que o trabalhador que antes realizava todo processo de produção, toda sua complexidade, agora realiza apenas uma pequena parte, o trabalho já não é mais individual e sim coletivo. O que podemos concluir é que a venda força de trabalho dos operários seguem mais a lógica do mercado do que as necessidades dos mesmos. Sua mão de obra tornou-se uma mercadoria, que fragmentada será gradativamente barateada atendendo sempre as necessidades do capitalista na obtenção de lucros.

O QUE É IDEOLOGIA?

Segundo Sousa (2008) Marx identifica a divisão do trabalho, entre material e intelectual, como um alicerce real da ideologia, a contradição entre as forças produtivas e a relações sociais; essa contradição prática é o que gera a contradição entre a teoria e a relações reais. Se na teoria os filósofos representam o mundo como produto da consciência tornada independente, isso se torna plausível porque a próprias forças sociais reais estão afastadas dos indivíduos, aparecendo como uma força estranha e autônoma deles.

A partir do momento em que um modelo de divisão social do trabalho se solidifica na sociedade, os indivíduos passam a ter atividades determinadas, como se as relações sociais fossem autônomas das ações humanas. Surge assim a forma inicial da consciência como alienação. Segundo Chauí (1980) as ideias parecem ser anteriores a prática, como um poder autônomo que conduz a ação material humana.

Nesse sentido, havendo a divisão entre trabalho intelectual e material surge a suposição de que as ideias são autônomas, pertencentes a uma realidade independente dos homens. O que podemos perceber é que da separação entre os homens em classes sociais distintas e com interesses contraditórios, surge a ideia de um interesse comum que se adere numa instituição chamada Estado.

O Estado como atributo do ser social

Segundo Chaui (1981) o Estado se apresenta como realização do interesse geral, no entanto, na realidade ele é a forma pela qual os interesses da classe dominante ganham aparências de interesses de toda a sociedade.

Marx e Engels dizem que:

Estado não é outra coisa senão a forma de organização que os burgueses dão a si mesmos por necessidade, para garantir reciprocidade sua propriedade e os interesses, tanto externa quanto internamente. (...) a forma pela qual os indivíduos de uma classe dominante fazem valer seus interesses comuns e na qual se resume toda a sociedade civil de uma época, conclui-se que todas as instituições comuns passam pela mediação do estado e recebem uma forma política. (MARX E ENGELS, 2002 p. 74).

Levando em consideração que o Estado é percebido como uma figura unificadora, ele precisa aparecer como forma especial de dominação, impessoal e anônima, é nesse sentido que há a formulação das leis ou o Direito Civil. É através dessas leis que o Estado aparece como o poder que não pertence a ninguém, ganhando assim uma autonomia. Segundo Sousa (2010) o grande equívoco da ideologia política é a inversão das determinações reais entre Estado e sociedade civil, a desconsideração da sociedade civil enquanto base real do Estado, o qual é entendido como ser autônomo e determinante.

Origem e função da Ideologia

A ideologia é um instrumento da dominação de classe e uma forma da luta de classe, é uma força que se torna impossível de ser dissolvida da sociedade, pois possui alicerces que a mantêm intocável. Dentre eles podemos citar a divisão social do trabalho, o fenômeno da alienação e a luta de classes. A ideologia sendo um instrumento de dominação tem por objetivo, justamente camuflar a dominação por ela exercida, ou seja, ela faz com que os homens acreditem que suas vidas são do modo como são pela ação de entidades autônomas. A ideologia faz com que a visão invertida do real se solidifica em verdades absolutas.

Mészáros (2004) afirma que ideologia é uma forma específica de consciência social, materialmente ancorada e sustentada, sendo consciência prática inevitável das sociedades de classes

e que exerce forte influência sobre os processos materiais da sociedade. Contudo podemos concluir que a ideologia é um conjunto de ideias e valores que indicam aos membros de toda a sociedade o modo como agir, pensar, o que pensar, o que sentir, como sentir, ou seja, condutas que os indivíduos devem seguir. Nesse sentido é papel da ideologia como reguladora da sociedade dividida em classes, apresentar explicações racionais a respeito das diferenças sociais, políticas e econômicas sem que atribua essas diferenças justamente à divisão social de classes.

AS RELAÇÕES DE TRABALHO NOS TEXTOS E NAS IMAGENS DOS LIVROS DE HISTÓRIA DE GILBERTO COTRIM DA DÉCADA DE 90.

É importante salientar que o livro didático de história é uma mercadoria do mundo das edições que satisfaz as técnicas de fabricação e comercialização do mercado. As obras aqui avaliadas do referido autor compreendem os volumes das series finais do ensino fundamental. Com o intuito de responder às nossas inquietações utilizamos os parâmetros curriculares nacionais para salientar as modificações propostas ao ensino de história no Brasil a parti da década de 90.

O ensino de história na década de 90 segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais

Tendo em vista que o ensino de história passou por diversas mudanças no decorrer das décadas, podemos perceber que nos anos noventa isso se tornou ainda mais forte. Segundo os PCNs muitos professores a partir da perspectiva cognitiva e social passaram a defender a ideia de que os acontecimentos não podem ser estudados isoladamente e que é preciso provocar o estudante a pensar/refletir historicamente. Nesse sentido a História passou a ser compreendida como uma construção social, ao contrario do que pregava os métodos tradicionais de ensino com as memorizações e reproduções.

Percebemos que nas últimas décadas o processo de aprendizagem, o papel que os materiais didáticos desempenham, o modo de avaliação e a função social e cultural do professor e da escola são desenvolvidos através de novas perspectiva que possibilitam reflexões mais profundas entre teoria e prática. No entanto como afirma Ribeiro (2007) pouco do que se produz nas áreas humanas tem chegado à sala de aula via materiais didáticos, mesmo por que a própria universidade trata a produção destinada ao Ensino Fundamental de forma secundária, não dando a devida atenção a esse vínculo.

Os conteúdos de História têm sido selecionados geralmente por temas, devido a inviabilidade de se ensinar todos os tempos e sociedades. Os eixos temáticos são considerados importantes por permitirem a busca da compreensão das diversidades sociais e culturais, por possibilitarem estudos sobre as lutas, confrontos necessários para as rupturas e permanências históricas, além de

favorecerem a percepção de conflitos que geram situações de dominação, discriminação, igualdade e desigualdade.

Representação do conceito de Trabalho nos textos

Delimitamos o nosso estudo somente a dois volumes da obra do autor Gilberto Cotrim. Os livros fazem parte da coleção História e Reflexão, divididos por eixos temáticos na perspectiva da linearidade. O primeiro volume analisado, editado em 1996, com 156 páginas, é o de número três, indicado para a sétima série do ensino fundamental. O segundo volume analisado, editado em 1999, com 192 páginas, é o de número quatro, indicado para oitava série do ensino fundamental. A proposta de nosso estudo é utilizar as obras de Gilberto Cotrim como fonte para analisar o modo como as ideologias do trabalho ficaram impregnadas na noção de história, portanto, não cabe a nós julgá-las se são boas ou ruins.

No livro história e Reflexão volume três o autor traz em um de seus textos o crescimento das cidades e a divisão do trabalho como fatores desencadeados dos impactos do avanço industrial:

As cidades cresceram em função da concentração de indústrias e da grande massa de trabalhadores. A população urbana aumentou rapidamente. (...) visando a aumentar a produtividade industrial, o trabalho do operário foi subdividido nas fábricas em múltiplas operações, dando origem às linhas de montagem. O operário perdia a noção de conjunto do processo produtivo. Dividindo o trabalho também se dividia o saber do trabalhador. A divisão do saber conduziu à especialidade das tarefas e à alienação do trabalhador em relação ao processo global de produção. (COTRIM, 1996, p. 33).

De certo modo a valorização dos centros urbanos em detrimento do campo está colocada no texto de Gilberto Cotrim, visto que o crescimento extraordinário ocorria pelo êxodo rural. A cidade é vista como um lugar onde se obtém as melhorias para a vida, nesse sentido, pode-se afirmar que este sentimento de melhor lugar para se viver é atribuído ao sistema de acumulação de bens, sistema capitalista, pois é nas cidades que há a concentração de atividades e fluxos de capital. Podemos considerar que essa valoração do urbano é uma visão burguesa de mundo.

No trecho em que fala da divisão do trabalho Cotrim (1996) deixa claro que a divisão pormenorizada do trabalho faz com que o proletário que antes desempenhava todo processo de produção, agora realiza apenas uma pequena parte, o trabalho já não é mais individual e sim coletivo, fazendo com que o trabalhador não reconheça o produto final. No texto ainda é evidenciado de forma tímida a divisão entre o trabalho intelectual e o manual. Podemos dizer que o conhecimento está ao alcance de poucos, reservado a uma parte ínfima da sociedade e a grande parte dessa mesma sociedade só é detentora da mão de obra, do serviço manual.

Ainda no volume três Cotrim (1996) expõe um documento a respeito da exploração burguesa do trabalho, vejamos como isso é colocado:

O trabalho material (...), longe de ser causa de vergonha, honra o homem, porque representa um meio nobre de manutenção da vida. O que é vergonhoso e desumano é a exploração do homem como mesquinho instrumento de lucro. Entre os principais deveres do patrão, destaca-se, em primeiro lugar, o de dar a cada trabalhador o salário que lhe compete. Para fixar o salário por critérios justos, há numerosos aspectos a serem considerados; entretanto, de modo geral, o patrão deve lembra-se de que explorar a miséria e a pobreza dos trabalhadores e especular sobre sua inteligência são coisas condenadas pelas leis divinas e humanas. Existe de justiça natural, determinando que o salário jamais deve ser insuficiente para fazer frente às necessidades do trabalhador e de sua família. (PAPA LEÃO XIII 1891 apud COTRIM 1996 p. 37-38).

Ao citar o documento escrito pelo Papa Leão XVII, Cotrim coloca a visão da igreja a respeito do trabalho material como algo digno, uma ação de honra ao homem. Vemos que esse documento reforça ainda mais os ideais da burguesia, pois fazer com que o leitor entenda que o trabalho manual é algo mais digno que um trabalhador possa querer é a nosso ver, alimentar as diferenças entre quem manda e quem executa. O papel da igreja nesse trecho torna-se imprescindível, pois é um instrumento ideológico, visto pela massa como um poder a parte da sociedade, não podendo assim ser contestada no que diz, ou seja, se para ela o trabalho manual é a única forma que o operário tem para garantir sua dignidade, assim o será sempre.

No texto a respeito da vida dos pobres nas cidades européias do século XVIII, temos o objetivo de assinalar a posição do autor Gilberto Cotrim em relação aos pobres e o trabalho. Observemos como isso é exposto:

As condições de vida de grande parte da população européia do século XVIII eram bastante difíceis. A maioria das cidades eram insalubres, muito mal pavimentadas, exalavam um cheiro insuportável e, frequentemente, eram mal iluminadas. (...) Desse modo, os bairros insalubres e superpovoados foram destruídos. Em seu lugar ergueram-se grandes espaços abertos, como a praça Luís XV, em Paris, e suas numerosas imitações. (...) Além disso, as péssimas condições de vida no meio rural também produziram uma grande migração de camponeses para as cidades. Estes camponeses geralmente engrossaram os grupos de pobres que viviam como mendigos. Aqueles que não conseguiam sobreviver da caridade ou não encontravam trabalho acabavam caindo na delinquência, que foi duramente reprimida pelas autoridades. O povo manifestava um gosto mórbido pelos castigos públicos como punição pelo chicote, o suplicio da roda ou enforcamento. (DELOUCH, 1992 apud CONTRIM, 1996, p 51).

A citação mostra que a maior parte da população levava uma vida difícil. Essa grande maioria, dona apenas da sua força de trabalho, lutam para assegurar sua sobrevivência. Nesse texto é exposto também a péssimas condições das cidades, mostrando de certa forma o descaso com o povo, porém o que nos intrigou foi o modo como a solução do problema foi colocada: “os bairros insalubres e superpovoados foram destruídos. Em seu lugar ergueram-se grandes espaços abertos, como a praça Luís XV, em Paris, e suas numerosas imitações”. A pergunta que fica é e os pobres? O que foi feito com eles, se os bairros no quais eles moravam foram destruídos? Logo em sequência o

autor nos mostra que esses pobres sem condições de arrumar trabalho viravam mendigos ou caíam na delinquência. Nesse momento podemos observar a ênfase que o autor Cotrim coloca a respeito da dignidade que o trabalho traz a uma pessoa, quem não o possuía era rejeitado pela sociedade. Analisemos a posição ocupada pelo Estado nesse contexto.

O domínio do Estado para conter a revolta dos pobres contra a dominação presente naquele momento é feita através da repressão, como podemos verificar no trecho: “que foi duramente reprimida pelas autoridades. O povo manifestava um gosto mórbido pelos castigos públicos como punição pelo chicote, o suplicio da roda ou enforcamento.” No entanto autor menciona os castigos como vontade do povo deixando encobertos os verdadeiros interesses do Estado em controlar as revoltas da população. Conforme Souza (2008), consideramos o Estado como um poder que se impõe como interesse geral alheio aos indivíduos, ou permiti que apareça o conflito entre esses interesses ilusoriamente coletivo.

O próximo texto analisado é sobre imigração, situado no volume quatro História e Reflexão:

O Brasil foi um dos países receptores dos milhões de europeus e asiáticos que vieram para as Américas, em busca de oportunidades de trabalho e ascensão social. (...) Essa referencia se explica pelas facilidades concedidas pelo Estado (passagem, alojamentos) e pelas oportunidades de trabalho abertas por uma economia em expansão. (...) Os imigrantes mudaram a paisagem social do Centro-Sul do país, com sua presença nas atividades econômicas, seus costumes, seus hábitos alimentares, contribuindo também para valorizar uma ética do trabalho. (...) nos primeiros anos da imigração em massa os imigrantes foram submetidos a duras condições de existência, resultantes das condições gerais de tratamento dos trabalhadores no país, onde quase equivaliam aos escravos. (COTRIM, 1999, p. 47).

Não é estranho escutarmos que os imigrantes vieram para o Brasil com esperança de uma vida melhor, pois diante de vários comentários que aqui seria o lugar em que as famílias poderiam tirar seu sustento da terra com plantações e criações de gado, fica fácil imaginar que o Brasil era o paraíso terrestre. Porém é necessário saber que nesse período de passagem do sistema feudal para o da produção capitalista a Europa passa a ser um lugar em que os pequenos proprietários de terras, camponeses, não tinham forças para concorrer com os grandes proprietários e as indústrias também não tinham condições de absorver a grande quantidade de mão de obras excedente. Sendo assim a massa de desempregados que crescia mais todos os dias tornava-se uma ameaça para ordem local. Nesse sentido a única solução tomada na época foi à imigração.

Era desejo do Brasil também atrair imigrantes para ocupar as terras sulinas do país, para evitar que países vizinhos tomassem posse de suas terras e o desejo dos grandes proprietários de terras em conservar suas propriedades, para a realização desse ultimo desejo era preciso mão de obra farta

No texto imigração, Cotrim (1999) afirma que a vinda de muitos imigrantes se explica pela forte demanda de força de trabalho para a lavoura de café, no entanto ficam ocultos os interesses da Europa e os próprios interesses do Brasil.

A iconografia nos livros de História

Compreendemos que é muito importante analisar as obras em todos os seus aspectos e contradições, portanto é imprescindível avaliar a iconografia presente nos livros. Cada obra analisada do autor Gilberto Cotrim possui 98 imagens, dentre elas fotos, mapas e ilustrações. Em média são duas figuras por página com tamanho aproximadamente 10 cm por 12 cm, isso nos deixa claro que as imagens dos volumes concorrem com os textos em busca de espaços cada vez maiores no corpo do livro. Como foi demonstrado até agora este estudo refere-se ao modo como o conceito de trabalho é estabelecido nos livros didáticos de Cotrim na década de 90, portanto é necessário expor como as imagens incorporadas ao corpo do livro apresentam as relações de trabalho.

As imagens selecionadas dos livros que mostram os trabalhadores, nas fábricas, nas indústrias e em suas horas de lazer. Notamos que todas são carregadas de ideologias, e tem como objetivos assegurar os ideais burgueses a respeito da divisão do trabalho entre manual e intelectual. Podemos perceber na maioria das imagens a participação de crianças e mulheres é efetiva.

Porém uma das imagens nos intrigou, observamos nela o modo como o autor retrata o tratamento aos pobres, a imagem simula um enforcamento em praça pública como castigo para aqueles que eram pobres e não possuíam um trabalho. É perceptível que o autor reforça com a imagem o texto “A vida dos pobres”, porém consideramos que o que ele reforça é a atribuição dos castigos como vontade do povo ocultando assim o poder de dominação da parcela mínima da sociedade e do Estado nas práticas de repressão e manutenção desse poder. Na figura a grande quantidade de pessoas em volta e nos prédios ao fundo esperando pelo enforcamento aparenta o desejo do povo por essas atitudes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo nos fez perceber o modo como as relações de trabalho e ideologias dominantes são postas nos livros didáticos de história do autor Gilberto Cotrim tomando como base o período em que os livros foram editados. Apesar dos avanços que as discussões sobre o conceito de trabalho nesses livros didáticos de história trouxeram em relação às décadas anteriores, ainda há muito a ser feito.

Notamos que de forma tímida os livros analisados perpetuam uma ideologia dominante que preserva as desigualdades como algo natural da sociedade. Através dos textos e das imagens podemos perceber que o trabalho manual deve ser encarado como única fonte de dignidade reservada

aos pobres, como uma honra a ser alcançada e preservada, ficando assim o trabalho intelectual destinado aos donos dos bens de produção.

Os dois livros analisados referem-se a conteúdos do final da Idade Moderna a Idade Contemporânea, nesse sentido podemos afirmar que a classe dominante nesse contexto é a burguesia, que estabelece um conjunto de ideias a serem seguidas como únicas e verdadeiras pela sociedade. Observamos que os livros utilizam muitas imagens e textos que reforçam os ideais dessa classe. Os valores da burguesia podem ser notados no texto em que fala do salário, em primeiro lugar que sendo um trabalhador livre o operário poderá vender sua força de trabalho o que de fato gera muito lucro aos capitalistas, em segundo lugar ele receberá um salário, isentando o patrão de gastos extras com sua manutenção, além é claro que o dinheiro recebido poderá girar ainda mais o comércio.

Ao concluirmos este trabalho fica o desejo de continuar estudando com mais propriedade as práticas presentes nos textos e nas ilustrações. Sem dúvida que teríamos muitos elementos para análise. Não foi a nossa intenção traçar críticas aos livros analisados e sim questionarmos a forma como estão expostos os conteúdos e se continuam sustentando uma ideologia dominante do trabalho.

É importante lembrar que os livros didáticos existem dentro de um complexo contexto político e social e por se tratar de um livro de alta circulação, atinge tanto as escolas públicas quanto as privadas, sendo que na maioria das vezes é o único guia dos conteúdos ministrados pelos professores e professoras. Percebemos que este instrumento possui grande responsabilidade na formação de um cidadão e, portanto é imprescindível que o livro traga questões que faça o aluno pensar, refletir a cerca do que está posto, interrogar as relações estabelecidas na sociedade, perceber que a história é algo construído nessas relações e não algo natural que será assim perpetuado nas gerações futuras.

REFERÊNCIAS

CHAUI, Marilena de Souza. *O que é Ideologia*. São Paulo: Brasiliense, 1980.

COTRIM, Gilberto. *História & reflexão: consolidação do capitalismo e Brasil Império*, 3: 1º grau. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 1996.

COTRIM, Gilberto. *História & reflexão: Mundo Contemporâneo e Brasil República*, 4: 1º grau. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Martins 2002.

MARX, Karl. *Manuscritos Econômico – Filosóficos*. Lisboa: Edições 70, 1975.

MÉSZÁROS, István. *O Poder da Ideologia*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

RIBEIRO, Miriam Bianca Amaral. *As Ciências Humanas, o Local e o Regional nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental*. In MASCARENHAS, Angela Cristina Belém (org.). *As Ciências Humanas no Ensino Básico*. Goiânia: Ed. da UCG, 2007.

SOUSA, Tomás Bastian de. *Política e Direitos Humanos em Marx da Questão Judaica à Ideologia Alemã*. São Paulo: USP, 2008.

Parâmetros Curriculares Nacionais: história, geografia / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1997.

Disponível em: <http://www.ibe.gov.br/media/common/Downloads_PCN.PDF> Acesso em: 17 de abril 2010.